



2º Simulado Especial

TRF 5

Técnico Judiciário
Área Administrativa
Pós-Edital

Simulado

Simulado Especial TRF-5 (Técnico Judiciário - Área Administrativa)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Técnico Judiciário - Área Administrativa do TRF-5**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/5La2HL1ExeQXpijP6>

- | | | | | |
|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| 01 - (A) (B) (C) (D) | 13 - (A) (B) (C) (D) | 25 - (A) (B) (C) (D) | 37 - (A) (B) (C) (D) | 49 - (A) (B) (C) (D) |
| 02 - (A) (B) (C) (D) | 14 - (A) (B) (C) (D) | 26 - (A) (B) (C) (D) | 38 - (A) (B) (C) (D) | 50 - (A) (B) (C) (D) |
| 03 - (A) (B) (C) (D) | 15 - (A) (B) (C) (D) | 27 - (A) (B) (C) (D) | 39 - (A) (B) (C) (D) | 51 - (A) (B) (C) (D) |
| 04 - (A) (B) (C) (D) | 16 - (A) (B) (C) (D) | 28 - (A) (B) (C) (D) | 40 - (A) (B) (C) (D) | 52 - (A) (B) (C) (D) |
| 05 - (A) (B) (C) (D) | 17 - (A) (B) (C) (D) | 29 - (A) (B) (C) (D) | 41 - (A) (B) (C) (D) | 53 - (A) (B) (C) (D) |
| 06 - (A) (B) (C) (D) | 18 - (A) (B) (C) (D) | 30 - (A) (B) (C) (D) | 42 - (A) (B) (C) (D) | 54 - (A) (B) (C) (D) |
| 07 - (A) (B) (C) (D) | 19 - (A) (B) (C) (D) | 31 - (A) (B) (C) (D) | 43 - (A) (B) (C) (D) | 55 - (A) (B) (C) (D) |
| 08 - (A) (B) (C) (D) | 20 - (A) (B) (C) (D) | 32 - (A) (B) (C) (D) | 44 - (A) (B) (C) (D) | 56 - (A) (B) (C) (D) |
| 09 - (A) (B) (C) (D) | 21 - (A) (B) (C) (D) | 33 - (A) (B) (C) (D) | 45 - (A) (B) (C) (D) | 57 - (A) (B) (C) (D) |
| 10 - (A) (B) (C) (D) | 22 - (A) (B) (C) (D) | 34 - (A) (B) (C) (D) | 46 - (A) (B) (C) (D) | 58 - (A) (B) (C) (D) |
| 11 - (A) (B) (C) (D) | 23 - (A) (B) (C) (D) | 35 - (A) (B) (C) (D) | 47 - (A) (B) (C) (D) | 59 - (A) (B) (C) (D) |
| 12 - (A) (B) (C) (D) | 24 - (A) (B) (C) (D) | 36 - (A) (B) (C) (D) | 48 - (A) (B) (C) (D) | 60 - (A) (B) (C) (D) |

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/RiYZ>

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA***Fabrizio Dutra***Texto 1**

A semiótica, uma área relativamente recente das Ciências Humanas, originou-se em três regiões distintas: Estados Unidos, antiga União Soviética e Europa Ocidental. Esse campo estuda todas as formas de linguagem, sejam elas orais, verbais ou gestuais. Derivada do grego *semeion*, que significa "ciência dos signos", a semiótica é a ciência dos signos, entendidos como formas de linguagem, verbais ou não.

O objetivo da semiótica é investigar como se constituem os fenômenos de produção de significados e sentidos, explorando todas as linguagens possíveis. A interação humana com o mundo se dá através de uma rede de linguagem que organiza os sinais, imagens e gráficos presentes no cotidiano, incluindo os sinais de trânsito.

No Brasil, os sinais de trânsito são regidos pelo Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e têm a função de promover atitudes éticas e seguras no trânsito. Essas convenções são comunicadas por sinais aos motoristas, assegurando a segurança de veículos, motoristas, pedestres e animais.

Entender e respeitar esses sinais é crucial para a segurança. Em 2012, o trânsito causou 46.051 mortes no Brasil, segundo o Ministério da Saúde. Para reduzir essas fatalidades, especialmente em colisões frontais, as punições para infrações de trânsito foram endurecidas em 2014. Por exemplo, a multa por ultrapassagem indevida subiu de R\$ 191,54 para R\$ 957,70.

Este artigo analisa parte do CTB, focando no subsistema de regulamentação de ultrapassagem, dentro do sistema nacional de sinalização. A regulamentação da ultrapassagem inclui determinações legais, placas de sinalização e pinturas nas pistas, especialmente as marcas longitudinais que regulam a ultrapassagem: a linha de divisão de fluxos opostos (LFO) e a linha de divisão de fluxos de mesmo sentido (LMS). Essas linhas orientam as ações dos usuários das vias, comunicando significados tanto para pedestres quanto para motoristas por meio de suas representações gráficas e simbólicas.

01. Sobre as informações do texto acima, julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta:

- I. A semiótica estuda todas as formas de linguagem, incluindo sinais, imagens e gráficos.
- II. No Brasil, os sinais de trânsito são regidos pelo Código de Trânsito Brasileiro para promover a segurança no trânsito.
- III. Em 2012, o trânsito causou 46.051 mortes no Brasil, obrigando o governo a promover aumento das multas em 2014 para reduzir acidentes.
- IV. A regulamentação de ultrapassagem é orientada principalmente por placas de sinalização e não pelas marcas longitudinais nas pistas.

Está(ão) correta(s):

- a) I e III
- b) III e IV
- c) I e IV
- d) I e II

02. O texto apresenta como marca as seguintes tipologias:

- a) narrativa e argumentativa
- b) expositiva e descritiva
- c) injuntiva e instrucional
- d) argumentativa e descritiva

03. Sobre os aspectos gramaticais do texto acima, julgue os itens a seguir:

- I. Em 'A semiótica, uma área relativamente recente das Ciências Humanas, originou-se', a partícula 'se' não poderia ser deslocada para antes do verbo.
- II. Em 'Esse campo estuda todas as formas de linguagem', a expressão sublinhada retoma 'a semiótica'.
- III. Em 'O objetivo da semiótica é investigar como se constituem os fenômenos de produção de significados', a expressão sublinhada poderia ser substituída por 'de que forma se dá'.

Está(ão) correto(s)

- a) Apenas I
- b) Apenas II
- c) Apenas III
- d) I e II

04. No trecho 'Em 2014, com o objetivo de reduzir essas mortes, especialmente as decorrentes de colisões frontais, as punições para infrações de trânsito foram endurecidas', a preposição 'com' introduz segmento com valor de:

- a) modo
- b) conformidade
- c) companhia
- d) causa

05. Assinale a opção que apresenta uma palavra que tenha 7 sílabas, um prefixo, um radical e um sufixo.

- a) simultaneamente
- b) inexperiente
- c) infelizmente
- d) descontinuamente

06. Transpondo-se a oração a seguir para a voz ativa 'os sinais de trânsito são regidos pelo Código de Trânsito Brasileiro (CTB)', teremos:

- a) O Código de Trânsito Brasileiro (CTB) é regido pelos sinais de trânsito.
- b) Os sinais de trânsito regem o Código de Trânsito Brasileiro (CTB)
- c) O Código de Trânsito Brasileiro (CTB) regem os sinais de trânsito.
- d) Código de Trânsito Brasileiro (CTB) rege os sinais de trânsito.

Texto 2

O Tribunal Regional Federal (TRF) é uma instituição essencial no sistema judiciário brasileiro, responsável por julgar, em segunda instância, causas federais de sua região, que _____ (I. engloba / englobam) questões como crimes contra o sistema financeiro, direitos previdenciários, execuções fiscais da União e de suas autarquias, entre outras. Com o objetivo de assegurar a correta aplicação das leis federais, o TRF analisa os recursos interpostos contra decisões dos juízes federais de primeira instância. _____ (II. No entanto / Além disso), o tribunal desempenha um papel crucial na garantia dos direitos fundamentais e na promoção da justiça social, contribuindo _____ (III. com / para) a eficácia e eficiência do Judiciário. A atuação do TRF é marcada pela imparcialidade, transparência e compromisso com o Estado Democrático de Direito.

07. Assinale alternativa que preencha corretamente as lacunas apresentadas no texto.

- a) engloba / No entanto / com
- b) englobam / No entanto / para
- c) engloba / Além disso / para
- d) englobam / Além disso / para

08. A atuação do TRF é marcada pela imparcialidade. Sobre o trecho acima, assinale a alternativa correta quanto à sua estrutura sintática.

- a) sujeito / verbo de ligação / predicativo
- b) sujeito / verbo de ligação / agente da passiva
- c) sujeito / locução verbal de voz passiva / agente da passiva
- d) sujeito / locução verbal de voz ativa / agente da passiva

09. 'o tribunal desempenha um papel crucial na garantia dos direitos fundamentais e na promoção da justiça social'.

No trecho acima, os termos destacados exercem as seguintes funções sintáticas:

- a) Complemento nominal / Complemento nominal
- b) Adjunto adnominal / Predicativo do objeto
- c) Complemento nominal / Objeto indireto
- d) Adjunto adnominal / Complemento nominal.

10. No texto 2, o termo 'como' tem papel:

- a) causal
- b) comparativo
- c) exemplificativo
- d) conformativo

NOÇÕES DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Lilian Novakoski

11. Com base na Lei n.º 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência) assinale a alternativa correta:

- a) Os serviços notariais e de registro não podem negar ou criar óbices, salvo condições diferenciadas em razão de uma deficiência, na prestação de seus serviços em razão de deficiência do solicitante, devendo reconhecer sua capacidade legal plena, garantida a acessibilidade.
- b) Para emissão de documentos oficiais, não será exigida a situação de curatela da pessoa com deficiência.
- c) Maria é viúva, sem filhos, idosa com 70 anos e com deficiência mental que a incapacita para atos da vida civil. Maria vive com sua sobrinha, Joana, que também é sua curadora. A família, acreditando que a idosa vinha sendo negligenciada por Joana, que impedia qualquer familiar de visitar Maria, após uma vizinha relatar que a idosa aparenta estar muito magra e que Joana as vezes fica dias sem aparecer na casa, ficando a idosa sozinha, sem qualquer assistência, buscaram as autoridades policiais. Em investigações policiais, foi constatado, além dos maus tratos, que Joana retirava todo o valor do benefício previdenciário de Maria e transferia para sua conta poupança. Neste caso, Joana cometeu crime, previsto aumento em $\frac{1}{2}$ da pena no Estatuto da Pessoa com Deficiência.
- d) A pessoa com deficiência será assegurado o direito de votar e de ser votada, devendo ter a garantia do livre exercício do direito ao voto e, para tanto, sempre que necessário e independente de pedido, permissão para que a pessoa com deficiência seja auxiliada na votação por pessoa capacitada pela Justiça Eleitoral para auxiliar.

12. A Lei Brasileira de Inclusão prevê que a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida:

- a) Acessibilidade
- b) Barreiras
- c) Tecnologia assistiva ou ajuda técnica
- d) Desenho Universal

NOÇÕES DE SUSTENTABILIDADE

André Rocha

13. A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) reúne o conjunto de princípios, objetivos, instrumentos, diretrizes, metas e ações adotados pelo Governo Federal, isoladamente ou em regime de cooperação com Estados, Distrito Federal, Municípios ou particulares, com vistas à gestão integrada e ao gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos no Brasil.

Assinale a alternativa que não traz um princípio da PNRS.

- a) O reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania.
- b) O direito da sociedade à informação e ao controle social.
- c) A visão sistêmica, na gestão dos resíduos sólidos, que considere as variáveis ambiental, social, cultural, econômica, tecnológica e de saúde pública.
- d) O estímulo à adoção de padrões sustentáveis de produção e consumo de bens e serviços.

14. A Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), instituída pela Lei nº 12.187/2009, e as ações dela decorrentes, executadas sob a responsabilidade dos entes políticos e dos órgãos da administração pública, devem observar os princípios da precaução, da prevenção, da participação cidadã, do desenvolvimento sustentável e o das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, este último no âmbito internacional.

Assinale a alternativa que não corresponde a uma definição correta da referida política.

- a) Adaptação são iniciativas e medidas para reduzir a vulnerabilidade dos sistemas naturais e humanos frente aos efeitos atuais e esperados da mudança do clima.
- b) Impactos são mudanças no meio físico ou biota resultantes da mudança do clima que tenham efeitos deletérios significativos sobre a composição, resiliência ou produtividade de ecossistemas naturais e manejados, sobre o funcionamento de sistemas socioeconômicos ou sobre a saúde e o bem-estar humanos.
- c) Fonte é o processo ou atividade que libere na atmosfera gás de efeito estufa, aerossol ou precursor de gás de efeito estufa.
- d) Mudança do clima é a mudança de clima que possa ser direta ou indiretamente atribuída à atividade humana que altere a composição da atmosfera mundial e que se some àquela provocada pela variabilidade climática natural observada ao longo de períodos comparáveis.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Emannuele Gouveia

15. Das letras abaixo, marque aquela que exhibe protocolo que podem ser utilizados para a troca de arquivos entre computadores:

- a) SMTP.
- b) HTTP.
- c) IMAP.
- d) FTP.

16. De acordo com as melhores práticas de segurança, marque, dentre as opções abaixo, qual seria a melhor senha a ser adotada por um usuário.:

- a) Fé.
- b) Mb*54c2.
- c) MbcDa .
- d) Maria.

17. No Windows existe uma nova funcionalidade chamada Cortana. A sua tarefa é:

- a) Atualizar a data e a hora do sistema.
- b) Manter o Sistema Operacional atualizado.
- c) Ativar os recursos de defesa de rede quando necessário.
- d) É a assistente virtual do Windows e utiliza tecnologia de Inteligência Artificial Cognitiva.

ATOS NORMATIVOS

Emerson Bruno

18. A conduta dos destinatários do Código de Conduta do Conselho e da Justiça Federal (Res. CJF 147/2011) deverá ser pautada pelos seguintes princípios, EXCETO:

- a) integridade.
- b) eficiência.
- c) lisura.
- d) transparência.

19. O Código de Conduta do Conselho e da Justiça Federal (Res. CJF 147/2011) institui regras sobre a responsabilidade socioambiental da Justiça Federal. Assim, o Conselho e a Justiça Federal de primeiro e segundo graus exigirão de seus servidores, no exercício de seus misteres, responsabilidade social e ambiental através de, EXCETO:

- a) práticas que favoreçam a inclusão social.
- b) práticas que combatam o desperdício de recursos naturais.
- c) práticas que evitem danos ao meio ambiente.
- d) práticas que privilegiem o crescimento econômico.

LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

Herbert Almeida

20. A Autoridade Nacional de Proteção de Dados é responsável, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, por

- a) zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento da LGPD em todo o território nacional.
- b) atuar como canal de comunicação entre os titulares de dados pessoais sensíveis.
- c) obter o consentimento do titular para transferência internacional de dados pessoais.
- d) realizar o tratamento de dados pessoais sensíveis em nome do controlador.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**DIREITO ADMINISTRATIVO***Antônio Daud*

21. Considerando a disciplina dos Atos Administrativos, assinale a alternativa correta:

- a) A motivação do ato consiste na indicação das justificativas que levaram à prática do ato, não se admitindo sua substituição pela referência a pareceres.
- b) O ato administrativo é considerado válido se cumpriu todas as etapas para sua formação.
- c) O silêncio administrativo produzirá os mesmos efeitos jurídicos que o ato administrativo.
- d) É cabível a convalidação parcial de atos administrativos, com efeitos retroativos.

22. Em relação ao regramento constitucional aplicável aos agentes públicos, assinale a alternativa que está de acordo com a jurisprudência vinculante do Supremo Tribunal Federal (STF):

- a) É constitucional a vinculação do reajuste de vencimentos de servidores estaduais a índices federais de correção monetária.
- b) A garantia do salário-mínimo refere-se ao valor global da remuneração percebida pelo servidor público.
- c) O Judiciário está autorizado, em apelo ao princípio da isonomia, a aumentar remunerações dos servidores públicos.
- d) Funcionário em estágio probatório pode ser exonerado sem as formalidades legais de apuração de sua capacidade.

23. É correto afirmar que um tribunal regional federal (TRF):

- a) tem seu pessoal admitido sob vínculos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

- b) submete-se à teoria geral da responsabilidade civil subjetiva.
- c) possui patrimônio e personalidade jurídica próprios.
- d) consiste em órgão público da administração direta.

24. A respeito do princípio constitucional da impessoalidade, pode-se concluir corretamente que:

- a) a despeito de não estar expresso na Constituição Federal, relaciona-se à finalidade da atuação estatal.
- b) informa que os agentes públicos somente pratiquem as condutas previstas em lei.
- c) exige a observância de padrões éticos por parte dos agentes públicos.
- d) veda a promoção pessoal dos agentes públicos às custas dos feitos da Administração.

25. Segundo dispõe a Lei 8.112/1990, a demissão NÃO será aplicada ao servidor no seguinte caso:

- a) crime contra a administração pública.
- b) incontinência pública.
- c) conduta escandalosa na repartição.
- d) ausência do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato.

26. Assinale a alternativa que menciona hipótese de licitação dispensável prevista no art. 75 da Lei 14.133/2021:

- a) objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento.
- b) locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.
- c) contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em consequência de rescisão contratual.
- d) aquisição de medicamentos destinados ao tratamento de doenças raras.

27. Tomando por base tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), é correto afirmar que considera-se constitucional a delegação do poder de polícia:

- a) a quaisquer pessoas jurídicas de direito privado que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado.
- b) por meio de lei ou outros atos normativos de caráter geral, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública, que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado sob regime não concorrencial.
- c) por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes ou não da Administração Pública, que prestem serviço público de atuação própria do Estado ou explorem atividades econômicas em sentido estrito.
- d) por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública, que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado em regime não concorrencial.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Adriane Fauth

28. A respeito dos direitos e deveres individuais e coletivos, assinale a alternativa correta.

- a) As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no segundo caso, o trânsito em julgado.
- b) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário prévia indenização.
- c) São gratuitos para os reconhecidamente pobres, o registro civil de nascimento e a certidão de casamento.
- d) A sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do "de cuius".

29. Acerca dos direitos sociais, é correto afirmar que:

- a) o aposentado filiado tem direito a votar, mas não de ser votado nas organizações sindicais.
- b) a assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei.
- c) Nas empresas de mais de cento e cinquenta empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.
- d) É direito dos trabalhadores urbanos e rurais, a assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 6 (seis) anos de idade em creches e pré-escolas.

30. No que tange aos direitos políticos previstos na Constituição Federal de 1988, marque o item correto.

- a) O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os analfabetos, os maiores de sessenta e cinco anos e os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.
- b) Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até um ano antes do pleito.
- c) As manifestações favoráveis e contrárias às questões submetidas às consultas populares ocorrerão durante as campanhas eleitorais, sem a utilização de propaganda gratuita no rádio e na televisão.
- d) São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

31. De acordo com a Constituição Federal de 1988, compete aos Municípios:

- a) manter o serviço postal e o correio aéreo nacional.
- b) instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos.
- c) exercer a classificação, para efeito indicativo, de diversões públicas e de programas de rádio e televisão.
- d) promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.

32. Compete privativamente ao Presidente da República, EXCETO:

- a) decretar o estado de defesa e o estado de sítio.
- b) vetar projetos de lei, total ou parcialmente;
- c) exercer o comando supremo das Forças Armadas, nomear os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, promover seus oficiais-generais e nomeá-los para os cargos que lhes são privativos.
- d) Decretar o estado de calamidade pública de âmbito nacional.

33. Em relação às disposições gerais relativas ao Poder Judiciário dispostas na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- a) Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.
- b) Compete aos juízes federais processar e julgar os crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves militares.
- c) Compete aos juízes federais processar e julgar as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Estado, Município ou pessoa domiciliada ou residente no País
- d) Aos juízes, é vedado exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos no mínimo dois anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.

34. Sobre o direito ao Meio Ambiente, previsto na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta:

- a) É bem de uso comum do povo, dessa forma os bens ambientais devem ser garantidos de forma gratuita.
- b) São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.
- c) Incumbe ao Poder Público promover a educação ambiental nas escolas públicas de ensino fundamental;
- d) A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense, a caatinga e o cerrado são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

NOÇÕES DE DIREITO PENAL

Renan Araújo

35. Felipe, servidor da Justiça Federal, deixou, por indulgência, de punir subordinado que havia praticado falta funcional no exercício do cargo, embora tivesse atribuição legal para aplicar a referida penalidade.

Nesse caso, é correto afirmar que a conduta de Felipe configura:

- a) fato penalmente atípico, embora possa configurar falta funcional.
- b) prevaricação.
- c) corrupção passiva privilegiada.
- d) condescendência criminosa.

36. Considera-se funcionário público, para fins penais, de acordo com o art. 327 do CP, “quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública”.

Considerando o referido dispositivo legal, é correto afirmar que se considera funcionário público, para fins penais:

- a) o ocupante de cargo público efetivo, somente.
- b) o estagiário da Justiça Federal.
- c) o empregado público celetista, mas não o estagiário da secretaria de fazenda do estado.
- d) o curador de pessoa interditada judicialmente.

37. Sobre os crimes contra a administração pública, assinale a alternativa correta:

- a) O crime de peculato tem como objeto material dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, desde que público, que esteja na posse do funcionário público em razão da função.
- b) O crime de contrabando tem a pena aumentada em um terço se praticado por meio de transporte aéreo, marítimo ou fluvial.
- c) O crime de usurpação de função pública se caracteriza independentemente da obtenção de vantagem pelo infrator.
- d) O crime de advocacia administrativa é considerado um crime próprio, somente podendo ser praticado pelo funcionário público que é advogado.

38. Timóteo tomou conhecimento de que seu filho, Pablo, estava sendo investigado pela suposta prática do crime de receptação, por ter adquirido um aparelho celular que era produto de crime. Com medo de que o filho fosse preso, Timóteo compareceu à delegacia e, perante o delegado, assumiu ter sido ele próprio o autor do crime. O delegado, porém, não acreditou na confissão de Timóteo e indiciou Pablo pela prática do crime de receptação.

Nesse caso, é correto afirmar que Timóteo praticou o crime de:

- a) autoacusação falsa de crime, consumada
- b) comunicação falsa de crime
- c) autoacusação falsa de crime, tentada
- d) favorecimento pessoal, mas será isento de pena

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

Antônio Pequeno

39. Em relação aos crimes de abuso de autoridade, assinale a opção correta.

- a) A divergência na interpretação de lei ou na avaliação da prova configura abuso de autoridade.
- b) São penas restritivas de direitos a prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas e a suspensão temporária e sem vencimentos do cargo, função ou mandato, as quais podem ser aplicadas de forma autônoma ou cumulativa.
- c) Apenas membros de Poderes podem ser sujeitos ativos de tais infrações penais, excluída a possibilidade da prática por procuradores municipais.
- d) A ação penal nos crimes de abuso de autoridade é pública condicionada à representação.

40. De acordo com a Lei nº 7716/1989 e suas alterações (Preconceito de raça ou cor) marque a alternativa correta sobre o crime de injúria racial

- a) É um crime apenado com pena de detenção
- b) Ação penal é condicionada à representação
- c) Envolve elementos referente a raça, cor, etnia, religião e procedência nacional
- d) A pena é aumentada de metade se o crime for cometido mediante concurso de 2 (duas) ou mais pessoas

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

Priscila Silveira

41. Sobre as disposições acerca de citações e intimações previstas no Código de Processo Penal, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) O dia designado para funcionário público comparecer em juízo, como acusado, será notificado assim a ele como ao chefe de sua repartição.
- b) O processo terá completada a sua formação quando realizada a citação do acusado.
- c) Se o réu não for encontrado, será citado por edital, com o prazo de 10 dias.
- d) Verificando que o réu se oculta para não ser citado, o oficial de justiça certificará a ocorrência e procederá à citação com hora certa.

42. De acordo com a prisão em flagrante, assinale a alternativa correta:

- a) a prisão em flagrante pode ser relaxada pela autoridade policial em casos de infrações punidas com detenção ou prisão simples.
- b) Dentro de 24h (vinte e quatro horas) depois da prisão, será encaminhado ao juiz competente o auto de prisão em flagrante acompanhado de todas as oitivas colhidas e, caso o autuado não informe o nome de seu advogado, cópia integral para Defensoria Pública.
- c) A falta de testemunhas da infração penal não impede a lavratura da prisão em flagrante, devendo o condutor prestar o compromisso legal para o ato.
- d) Considera-se em flagrante presumido quem é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração.

43. No que diz respeito à Ação Penal, assinale a alternativa correta:

- a) Nos crimes de ação pública, esta será promovida por queixa do Ministério Público, mas dependerá, quando a lei o exigir, apenas da requisição do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.
- b) No caso de morte do ofendido o direito de representação na ação penal pública passará ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão, nesta ordem.
- c) O direito de representação no caso de ação penal privada passará ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão, nesta ordem, quando o ofendido for declarado ausente por decisão judicial.
- d) Se o crime, quando praticado em detrimento do patrimônio ou interesse da União, Estado e Município, a ação penal será pública condicionada à requisição do Ministro da Justiça.

44. De acordo com o tema fiança, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A fiança tomada por termo obrigará o afiançado a comparecer perante a autoridade todas as vezes que for intimado para atos do inquérito e da instrução criminal e para o julgamento. Quando o réu não comparecer, a fiança será havida como quebrada.
- b) Entender-se-á perdido, na totalidade, o valor da fiança, se, regularmente intimado para ato do processo, deixar de comparecer, sem motivo justo.
- c) A fiança será quebrada quando o acusado deliberadamente praticar ato de obstrução ao andamento do processo.
- d) Julgar-se-á quebrada a fiança quando o acusado descumprir medida cautelar imposta cumulativamente com a fiança.

45. Sobre o *habeas corpus*, assinale a alternativa correta.

- a) É admitido apenas o habeas corpus liberatório.
- b) É cabível quando a penalidade aplicada for a de multa.
- c) É adequado para reprimir coação ilegal decorrente de punições disciplinares.
- d) A extinção da punibilidade caracteriza coação ilegal.

NOÇÕES DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO*Adriana Menezes*

46. Analise as afirmativas abaixo e assinale Verdadeiro (V) ou Falso (F):

1. () A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem como um de seus objetivos a redução da vulnerabilidade socioeconômica de famílias em situação de pobreza ou de extrema pobreza.
2. () É vedada a filiação ao regime geral de previdência social (RGPS), na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.
3. () A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo:

- a) V - V - V
- b) V - V - F
- c) V - F - V
- d) F - F - V

47. Não se apresentam como beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, na condição de dependentes do segurado:

- a) o cônjuge ou a companheira.
- b) o filho, não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou menor de 24 anos quando estiver cursando ensino superior.
- c) o companheiro e o filho emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos.
- d) o irmão inválido ou que tenha deficiência intelectual.

48. Assinale a alternativa que preencha correta e respectivamente as lacunas.

As prestações previdenciárias são divididas em benefícios e serviços. _____ e _____ são exemplos de benefícios devidos exclusivamente ao segurado e exclusivamente ao dependente, respectivamente.

- a) aposentadoria por incapacidade temporária/auxílio-reclusão
- b) pensão por morte/auxílio por incapacidade temporária
- c) salário-maternidade/salário-família
- d) aposentadoria por incapacidade permanente/pensão por morte

49. À luz da Lei nº 8.213/1991, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) São beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, na condição de segurados obrigatórios, o brasileiro ou o estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em sucursal ou agência de empresa nacional no exterior, o ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa, aquele que presta serviço de natureza contínua a pessoa ou família, no âmbito residencial desta, em atividades sem fins lucrativos.
- b) Mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições, até 12 (doze) meses após o livramento, o segurado retido ou recluso;
- c) Ao segurado ou segurada da Previdência Social que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança é devido salário-maternidade pelo período de 60 (sessenta) dias, se a criança tiver entre 0 e 6 anos de idade e pelo período de 120 (cento e vinte) dias, se a criança tiver mais de 6 anos de idade.
- d) O período de carência para concessão de aposentadoria especial é de 180 (cento e oitenta) contribuições mensais.

50. Nos termos da Lei n. 8.212/91, integra o salário de contribuição:

- a) as diárias de viagem quando o valor superar 50% da remuneração do trabalhador.
- b) o vale-transporte pago em dinheiro.
- c) a participação nos lucros ou resultados da empresa, quando paga ou creditada de acordo com lei específica.
- d) o décimo-terceiro salário (gratificação natalina).

NOÇÕES DE DIREITO TRIBUTÁRIO

Fernando Maurício

51. Em relação aos conceitos, classificações, princípios e imunidades tributários, indique a alternativa correta.

- a) Pode o Presidente da República editar, em caso de relevância e urgência, medida provisória, com força de lei, para instituir imposto sobre grandes fortunas.
- b) A União, os Estados, e o Distrito Federal, poderão instituir, na iminência ou no caso de guerra externa, Impostos extraordinários de Guerra.
- c) Todas as contribuições, sem exceção, sujeitam-se à lei complementar de normas gerais.
- d) Livros digitais e os equipamentos eletrônicos destinados à sua leitura são imunes da incidência de tributos.

52. Determinado Município publica lei prevendo isenção do IPTU imóveis com até 100m², em que residam famílias que possuam renda “per capita” de até R\$ 500,00 mensais. Em Agosto de 2024, devido a grave crise econômica enfrentada pela Administração Pública desse Município, foi publicada uma lei extinguindo tal benefício fiscal.

De acordo com o CTN e o entendimento dos Tribunais Superiores, julgue as afirmações a seguir, indicando a correta.

- a) Revogada a isenção, o tributo torna-se imediatamente exigível.
- b) A lei que extingue a isenção desse tributo entra em vigor apenas no dia 01/01/2025.
- c) A lei começa a vigorar no Município quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada.
- d) O Município deve aguardar 90 dias da publicação da referida lei para que possa haver a exigência da exação.

53. Em relação à Imunidade Tributária, julgue os itens a seguir:

- I-) A imunidade recíproca reconhecida constitucionalmente às entidades políticas não pode ser reconhecida às empresas públicas e às sociedades de economia mista, sejam quais forem as finalidades a que se dedicarem tais entidades.
- II-) São imunes à instituição de impostos sobre patrimônio, renda ou serviços, os partidos políticos, inclusive suas fundações, as entidades sindicais dos trabalhadores, e as instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei.
- III-) É vedado instituir e cobrar taxa de coleta de lixo de um terreno baldio de propriedade de instituição religiosa.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e III.
- c) I, II e III.
- d) I e II.

54. Sobre a suspensão, exclusão e extinção do Crédito Tributário, julgue os itens a seguir:

- I-) Salvo disposição de lei em contrário, o parcelamento do crédito tributário não exclui a incidência de juros e multas.
- II-) O pagamento de um crédito, quando parcial, importa em presunção de pagamento das prestações em que se decompõe.
- III-) A lei pode autorizar a autoridade administrativa a conceder, por despacho fundamentado, remissão total ou parcial do crédito tributário, atendendo a condições peculiares a determinada região do território da entidade tributante.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e III.
- c) I, II e III.
- d) I e II.

55. As garantias e privilégios do crédito tributário estão consagrados no Código Tributário Nacional e em outras leis tributárias, em função da natureza ou das características do tributo a que se referam. Sobre o tema, é correto afirmar:

- a) A natureza das garantias atribuídas ao crédito tributário altera a natureza da obrigação tributária a que corresponda.
- b) Responde pelo pagamento do crédito tributário a totalidade dos bens e das rendas, de qualquer origem ou natureza, do sujeito passivo, excluídos os bens e rendas que a lei declare absolutamente impenhoráveis.
- c) Os bens gravados por ônus real ou cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade não respondem pelo pagamento do crédito tributário, pois sempre são impenhoráveis.
- d) Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário inscrito ou não na dívida ativa.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Elisabete Moreira

56. A estrutura retrata a distribuição de autoridade e responsabilidade no âmbito das organizações, diferenciando-as, entre outros aspectos, em razão do nível hierárquico em que as decisões são tomadas e do grau de concentração das decisões, classificadas como centralizadas ou descentralizadas. Com relação às vantagens de uma organização descentralizada, assinale a alternativa correta.

- a) Aumenta a eficiência e a motivação.
- b) Aumenta a uniformidade nas decisões organizacionais.
- c) Aumenta o controle nas decisões organizacionais.
- d) Aumenta a motivação dos executivos locais.

57. Entre os diferentes tipos de decisões tomadas no âmbito de uma organização, existem aquelas classificadas pela literatura como “não programadas”, aplicáveis a situações

- a) vivenciadas no dia a dia da organização, mas que demandam, para sua solução, a adoção de um processo intuitivo.
- b) não rotineiras, cuja resolução não é viável com a mera utilização do acervo de soluções disponíveis na organização.
- c) que não comportam uma solução individual, demandando um processo coletivo de construção de consenso.
- d) de grande impacto, porém que comportam solução com base em procedimentos sistematizados e já utilizados no âmbito da organização.

58. Uma determinada área de controle interno de um órgão público estava esvaziada e os servidores que estavam lotados na área estavam desmotivados e pouco engajados. O gerente da área financeira foi realocado para atuar naquela área de controle, pois sua performance no trato com os servidores da área financeira gerou bons resultados. Nesse caso, a função administrativa precípua a ser desempenhada pelo gerente para a área de controle deveria ser:

- a) Dividir os recursos e as tarefas, bem como autoridade entre os membros.
- b) Planejar melhor os objetivos e as estratégias para alcançar os resultados desejados.
- c) Monitorar e controlar os resultados alcançados pelos servidores.
- d) Direcionar as pessoas para o desenvolvimento de suas atividades.

59. Segundo a teoria da hierarquia das necessidades de Maslow, o atendimento de uma necessidade não motiva mais o comportamento, levando a pessoa a buscar uma necessidade no próximo nível. Nesse caso, uma pessoa que esteja buscando reconhecimento e autonomia está tentando satisfazer necessidades do tipo:

- a) de segurança.
- b) sociais.
- c) de estima.
- d) de autorrealização.

60. O termo governança foi inserido na agenda pública no movimento da reforma do estado e da gestão por resultados, tendo como um dos eixos centrais o conceito de *accountability*, bastante utilizado na literatura recente, inspirado nos conceitos da gestão privada. Das afirmativas a seguir, marque a que não retrata adequadamente *accountability* na gestão pública

- a) É o processo de informação contábil utilizado na entidade do terceiro setor.

- b) Inclui como atores os movimentos sociais, associações, ONG's e a mídia.
- c) Permite o acompanhamento e verificação das políticas públicas, avaliando objetivos, processos e resultados.
- d) São tipos de accountability a vertical, a horizontal e a societal.

Discursiva

O problema do modelo econômico tradicional é o fato de não considerar o meio ambiente, baseando-se apenas em ganhos com a produtividade e ignorando que nenhuma atividade econômica será viável se a natureza fornecedora dos recursos materiais e energéticos estiver comprometida. Contudo, o crescimento econômico não pode sensatamente ser considerado um fim em si mesmo, tendo de estar relacionado sobretudo com a melhoria da qualidade de vida e da própria vida, afinal a vida é o maior de todos os valores.

De fato, a única porta de saída para a crise ambiental é a economia, que deve ser rediscutida e redesenhada no intuito de levar em consideração o meio ambiente e suas complexas relações. Apesar de uma ou outra análise pontual, o fato é que por muito tempo a economia ignorou a ecologia, como se esta não fosse o pano de fundo daquela. Um bom exemplo disso é o Produto Interno Bruto (PIB), que, além de ignorar a dimensão ambiental, pode considerar a degradação como algo positivo.

A Constituição Federal de 1988 consagrou o desenvolvimento sustentável ao afirmar no artigo 225 que "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e de preservá-lo para as presentes e futuras gerações". O mesmo ocorre com a Lei 6.938/81, que dispõe no inciso I do artigo 4º que a Política Nacional do Meio Ambiente visará à compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico. O meio ambiente é tão importante que foi transformado pelo inciso VI do artigo 170 da Constituição Federal em um princípio da ordem econômica, passando a se compatibilizar com ele os princípios da livre-iniciativa e da livre concorrência.

É um reconhecimento de que não se pode tratar a problemática econômica sem lidar com a questão ambiental, pois, se o Estado tem a obrigação de promover o desenvolvimento, esse desenvolvimento tem a obrigação de ser ecologicamente correto.

Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2014/08/25/desenvolvimento-economico-x-crise-ambiental-a-superacao-da-dicotomia-entrevista-com-sergio-besserman-vianna/>. Acesso em 14 de julho de 2021.

Considerando o caráter meramente motivador do fragmento de texto acima, redija um texto dissertativo-argumentativo que responda ao seguinte questionamento: **é possível aliar crescimento econômico e preservação ambiental?**

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
